

MARLON WANDER MACHADO

OS RECURSOS NO
PROCESSO PENAL E A
REFORMATIO IN PEJUS

UM ESTUDO SOBRE OS DIREITOS DO RÉU PERANTE OS
TRIBUNAIS

BOOK AND
WRITERS 

Livro também disponível na plataforma
www.bookandwriters.com

4ª Edição revista, atualizada
e ampliada

Londrina/PR
2020


THOTH
EDITORA

Direitos de Publicação Editora Thoth, Londrina/ PR.
www.editorathoth.com.br
contrato@editorathoth.com.br
Diagramação e Capa: Editora Thoth
Revisão: os autores. Editor chefe: Bruno Fuga
Coordenador de Produção Editorial: Thiago Caversan Antunes
Diretor de Operações de Conteúdo: Arthur Bezerra de Souza Junior

Conselho Editorial

Prof. Me. Anderson de Azevedo • Me. Aniele Pissinan • Dr. Antônio Pereira Gaio Júnior • Me. Alberto Shinji Higa • Prof. Dr. Arthur Bezerra de Souza Junior • Prof. Dr. Bianco Zalmora Garcia • Prof. Me. Bruno Augusto Sampaio Fuga • Prof. Dr. Clodomiro José Bannwart Junior • Prof. Me. Daniel Colnago Rodrigues • Prof. Dr. Elve Miguel Cenci • Prof. Dr. Fábio Fernandes Neves Benfatti • Prof. Dr. Fábio Ricardo R. Brasilho • Prof. Dr. Flávio Tartuce • Prof. Me. Ivan Martins Tristão • Prof. Dra. Marcia Cristina Xavier de Souza • Prof. Dr. Osmar Vieira da Silva • Esp. Rafaela Ghacham Desiderato • Prof. Dr. Rita de Cássia R. Tarifa Espolador • Prof. Me. Smith Robert Barreni • Prof. Me. Thiago Caversan Antunes • Prof. Me. Thiago Moreira de Souza Sabião • Prof. Dr. Thiago Ribeiro de Carvalho • Prof. Me. Tiago Brene Oliveira • Prof. Dr. Zulmar Fachin

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Machado, Marlon Wander. Os recursos no processo penal e a *reformatio in pejus*: um estudo sobre os direitos do réu perante os tribunais / Marlon Wander Machado. Londrina, PR: Thoth, 2020.
208 p.

Bibliografias: 203 - 208
ISBN 978-65-86300 15 4

1. Direito. 2. Processo Penal. 3. *Reformatio In Pejus*. 4. Título I. Machado, Marlon Wander.

CDD 341.43

Índices para catálogo sistemático
1. Direito processual Penal 341.43

Proibida a reprodução parcial ou total desta obra sem autorização.
Todos os direitos desta edição reservados pela Editora Thoth. A Editora Thoth não se responsabiliza pelas opiniões emitidas nesta obra por seu autor.

SUMÁRIO

SOBRE O AUTOR.....	5
DEDICATÓRIA.....	7
AGRADECIMENTOS ESPECIAIS.....	9
PREFÁCIO	11

PARTE I

OS RECURSOS EM MATÉRIA PROCESSUAL PENAL.....	23
--	----

TÍTULO I

TEORIA GERAL DOS RECURSOS.....	25
--------------------------------	----

CAPÍTULO I

EVOLUÇÃO HISTÓRICA	25
1.1 Tempos primitivos.....	25
1.2 Direito Romano	26
1.3 Direito Medieval	28
1.4 Os recursos no direito luso-brasileiro e na legislação brasileira inicial	30

CAPÍTULO II

CONCEITO E NATUREZA JURÍDICA DOS RECURSOS.....	33
2.1 Etimologia do vocábulo.....	33
2.2 Conceito e natureza jurídica.....	34
2.3 Necessidade psicológica.....	36

CAPÍTULO III

PRESSUPOSTOS RECURSAIS	39
Introdução.....	39
3.1 Pressupostos recursais objetivos	39

3.1.1 Previsão legal e adequação	39
3.1.2 Tempestividade	41
3.1.3 Unirrecorribilidade	42
3.1.4 Motivação.....	42
3.1.5 Preparo	44
3.1.6 Recolhimento à prisão	44
3.1.7 Regularidade procedimental.....	46
3.2 Pressupostos recursais subjetivos.....	47
3.2.1 Interesse e legitimidade recursal do Ministério Público	48
3.2.2 Interesse e legitimidade recursal do réu ou de seu defensor...50	
3.2.3 Interesse e legitimidade recursal de terceiros	54
3.2.4 Recurso de ofício	57

CAPÍTULO IV

EFEITOS RECURSAIS.....	59
Introdução.....	59
4.1 Efeito dilatatório-procedimental	59
4.2 Efeito devolutivo	59
4.3 Efeito suspensivo.....	60
4.4 Efeito extensivo	61
4.5 Efeito regressivo	62

CAPÍTULO V

O DUPLO GRAU DE JURISDIÇÃO.....	63
5.1 Fundamentos jurídicos.....	63
5.2 Constituição brasileira.....	64
5.3 Limites.....	66

CAPÍTULO VI

CLASSIFICAÇÃO DOS RECURSOS.....	67
6.1 Considerações gerais	67

TÍTULO II

OS RECURSOS PREVISTOS EM NOSSA LEGISLAÇÃO.....	71
--	----

CAPÍTULO I

RECURSO EM SENTIDO ESTRITO.....	71
1.1 Notícia histórica.....	71

1.2 Conceito	72
1.3 Enumeração taxativa das hipóteses.....	72
1.4 Cabimento.....	74
1.5 Prazo recursal	80
1.6 Subida do recurso e seus efeitos.....	80
1.7 Procedimento	81

CAPÍTULO II

APELAÇÃO.....	83
2.1 Origem	83
2.2 Finalidade e conceito.....	84
2.3 Apelação perante juiz singular	84
2.4 Apelações contra decisões do tribunal do júri	85
2.5 Prazo e forma de interposição.....	86
2.6 Apelação segundo a Lei 9.099/95.....	88
2.7 Extinção anormal da apelação.....	89
2.7.1 Falta de pressuposto de admissibilidade	89
2.7.2 Deserção	89
2.7.3 Desistência.....	89
2.8 Efeitos	90
2.9 Julgamento do mérito da apelação e prescrição retroativa da ação penal.....	91
2.10 Procedimento.....	93

CAPÍTULO III

DO PROTESTO POR NOVO JÚRI	95
Introdução.....	95
3.1 Conceito. Considerações Gerais.....	96
3.2 Processamento	98

CAPÍTULO IV

AGRAVO EM EXECUÇÃO	99
4.1 Considerações Gerais.....	99
4.2 Procedimento	100

CAPÍTULO V

CARTA TESTEMUNHÁVEL	101
----------------------------------	------------

5.1 Origem	101
5.2 Conceito e natureza jurídica.....	102
5.3 Cabimento.....	103
5.3.1 Decisão denegatória do recurso.....	103
5.3.2 Decisão que obsta a expedição e o surgimento do recurso	104
5.4 Prazo recursal.....	104
5.5 Efeitos	104
5.6 Procedimento	105
 CAPÍTULO VI	
CORREIÇÃO PARCIAL.....	107
6.1 Generalidades.....	107
6.2 Procedimento.....	108
6.3 Efeitos	109
 CAPÍTULO VII	
EMBARGOS INFRINGENTES E DE NULIDADE	111
7.1 Considerações gerais	111
7.2 Os embargos infringentes na ação penal originária	112
7.3 Procedimento.....	114
 CAPÍTULO VIII	
EMBARGOS DECLARATÓRIOS	115
8.1 Considerações gerais	115
8.2 Procedimento.....	116
 CAPÍTULO IX	
RECURSO ORDINÁRIO CONSTITUCIONAL	117
9.1 Considerações gerais.....	117
9.2 Procedimento.....	119
 CAPÍTULO X	
RECURSO ESPECIAL E EXTRAORDINÁRIO	121
10.1 Considerações gerais.....	121
10.2 Recurso especial.....	123
10.2.1 Conceito.....	123

10.2.2 Admissibilidade.....	124
10.2.3 Cabimento.....	125
10.3 Recurso extraordinário.....	126
10.3.1 Conceito.....	126
10.3.2 Cabimento.....	126
10.4 Agravo.....	127

PARTE II

AÇÕES DE IMPUGNAÇÃO NO PROCESSUAL PENAL.....	129
---	------------

CAPÍTULO I

HABEAS CORPUS.....	131
1.1 Generalidades.....	131
1.2 Conceito.....	135
1.3 Natureza jurídica.....	136
1.4 Cabimento.....	137
1.4.1 Quando não houver justa causa.....	138
1.4.2 Quando alguém estiver preso por mais tempo do que determina a lei.....	140
1.4.3 Quando quem ordenar a coação não tiver competência para fazê-lo.....	143
1.4.4 Quando houver cessado o motivo que autorizou a coação.....	144
1.4.5 Quando não for alguém admitido a prestar fiança nos casos em que a lei a autoriza.....	144
1.4.6 Quando o processo for manifestamente nulo.....	145
1.4.7 Quando extinta a punibilidade.....	145
1.5 Competência para conhecer, processar e julgar: a autoridade impetrada.....	146
1.6 As partes no habeas corpus.....	146
1.7 Espécies de habeas corpus.....	147
1.8 Processamento do habeas corpus.....	148
1.9 Recursos.....	148
1.10 Exame aprofundado de provas.....	148
1.11 Liminar em Habeas Corpus.....	149

CAPÍTULO II

REVISÃO CRIMINAL.....	151
Introdução.....	151
2.1 Histórico	153
2.2 Conceito e natureza jurídica.....	156
2.3 Cabimento.....	157
2.4 Prazo para requerer a revisão e legitimidade	163
2.5 Revisão criminal contra as decisões do Júri.....	165
2.6 Revisão criminal contra as decisões que julgam extinta a punibilidade	166
2.6.1 No perdão judicial.....	166
2.6.2 Na prescrição e em outras causas	167
2.7 Revisão criminal nos casos previstos na Lei 9.099/95.....	167
2.8 Revisão criminal e lei nova mais benigna	169
2.9 Reiteração do pedido revisional.....	169
2.10 Revisão <i>pro reo</i> e <i>pro societate</i>	169
2.11 Processamento da revisão	170
2.12 Efeitos do deferimento da revisão criminal	172
2.13 Recursos.....	173

CAPÍTULO III

MANDADO DE SEGURANÇA EM MATÉRIA PENAL.....	175
3.1 Breve histórico	175
3.2 Conceito e natureza jurídica.....	176
3.3 Direito líquido e certo.....	177
3.4 Cabimento.....	177
3.5 Partes no Mandado de Segurança	178
3.6 Liminar em Mandado de Segurança	178
3.7 Recursos	178
3.8 Prazo para impetração	179
3.9 Mandado de Segurança em matéria criminal.....	179

PARTE III

REFORMATIO IN PEJUS	181
----------------------------------	-----

CAPÍTULO I

A PROIBIÇÃO DA REFORMATIO IN PEJUS	183
---	-----

1.1 Origens.....	183
1.2 Direito Brasileiro.....	184
1.3 Conceito.....	184
1.4 <i>Reformatio in pejus</i> e sistema recursal.....	185
1.4.1 <i>Reformatio in pejus</i> direta.....	185
1.4.2 <i>Reformatio in pejus</i> indireta.....	187
1.5 <i>Reformatio in pejus</i> indireta e protesto por novo júri.....	191
1.6 <i>Reformatio in pejus</i> de fato e de direito.....	194
1.7 <i>Reformatio in pejus</i> e revisão criminal.....	195
CAPÍTULO II	
<i>REFORMATIO IN MELLIUS</i>	199
BIBLIOGRAFIA	203